

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 17 de junho de 2026 • Nº 2320 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CRIME DE COAÇÃO

STF condena Eduardo a 4 anos de prisão

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou ontem o ex-deputado Eduardo Bolsonaro a 4 anos e dois meses de prisão em regime semiaberto pelo crime de coação no curso do processo. Cabe recurso contra a decisão. Além do tem-

po de prisão, o ex-deputado foi condenado a oito anos de inelegibilidade e à perda do cargo de escrivão da Polícia Federal. Por unanimidade, o colegiado concordou com a acusação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e entendeu

que há provas para concluir que o ex-deputado articulou o tarifaço dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras para tentar evitar a condenação do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no processo da trama golpista. **PÁGINA 7**

IBGE

Vendas no comércio recuam 1,5% em abril

O setor de comércio recuou 1,5% na passagem de março para abril, impactado principalmente pela queda nas vendas de combustíveis. O resultado interrompe sequência de três meses de alta e representa o pior resultado desde junho de 2022 (-2,8%). Na comparação com abril de 2025, o comércio subiu 1%. A média móvel trimestral, que indica a tendência de comportamento, teve variação nula. No acumulado de 12 meses, o setor de comércio apresenta expansão de 1,5%. Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados anunciados deixam o setor 1,5% abaixo do maior patamar já alcançado, que pertence a março de 2026. Dos oito grupos de atividades pesquisados pelo IBGE, seis apresentaram recuo nas vendas de março para abril, com destaque negativo para comércio de lubrificantes. **PÁGINA 2**

CÚPULA DE G7

Lula debate com líderes europeus sobre vetos a produtos brasileiros



RICARDO STUCKERT/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) se reuniu ontem com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com o presidente do Conselho Europeu, António Costa, para pedir a revisão das restrições a produtos brasileiros, incluindo carne e materiais siderúrgicos. O encontro ocorreu em Évian, na França, onde Lula participa como convidado da Cúpula do G7, grupo formado por EUA, Japão, Ale-

manha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e União Europeia. Segundo Lula, em postagem nas redes sociais, o Itamaraty vai trabalhar em conjunto com funcionários da Comissão Europeia "para identificar as dificuldades" em relação aos produtos. "Nos comprometemos a buscar soluções que contemplem as preocupações europeias, seja de ordem sanitária, fitossanitária e de proteção da sua indústria de aço.

JUNHO

Volume de chuva na Rocinha bate recorde

PÁGINA 5

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Programa destina R\$ 360 mi a empresas inovadoras

PÁGINA 3

Em recado a Trump, Lula defende soberania do Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, durante reunião do G7, que o enfrentamento ao narcotráfico precisa ser feito de forma abrangente, o que inclui o combate a crimes associados, como lavagem de dinheiro e tráfico de armas. Esse esforço, segundo Lula, precisa ser feito tendo como premissa o respeito à soberania dos Estados. Em discurso durante o encontro das sete maiores economias do planeta, evento

que ocorre na cidade francesa de Évian, ele afirmou que temas como o combate aos crimes transnacionais precisam ser tratados de forma associada a uma agenda de desenvolvimento. "O crime organizado aterroriza comunidades e desvia recursos públicos que deveriam ser direcionados para a construção de escolas, hospitais e estradas. Esse esforço deve levar em conta o respeito à soberania dos Estados", disse. **PÁGINA 8**

CORRUPÇÃO NO SENADO



LULA MARQUES/ABRASIL

Alcolumbre diz que não recebeu propina de US\$ 30 milhões de Vorcaro

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) (foto), negou ter recebido recursos do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e disse ter recebido um "ataque pessoal e institucional", durante discurso ontem, no plenário. As declarações dizem respeito a uma publicação da revista Veja de que a segunda proposta de delação premiada de Vorcaro teria uma acusação de pagamento de propina a Alcolumbre, no valor de US\$ 30 milhões, por meio de uma conta no exterior. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA -0,21% / 171.132,66 / -364,58 / Volume: 24.623.055.616 / Negócios: 3.352.949				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo						
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Ufir-RJ		IPCA-15		Dólar Ptax - BC		
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	Preço	%	Preço	%	Compra	Venda	
B3SA3	15,23	-1,36	-0,21	NORD3F	1,88	+17,50	+0,28	AZUL99	5,900	-19,07	-1,390	Dow Jones	51.202,26	+0,70	14,50%	0,84% (mai.)	5,9287	6,1087
PETRA4	41,18	-1,39	-0,58	FICT3	0,25	+13,64	+0,03	AZUL97	5,780	-17,43	-1,220	S&P 500	7.431,46	+0,50	14,40%	0,62% (mai.)	5,0827	-1,26%
CSAN3	3,34	-0,89	-0,03	FSRF11	0,09	+12,50	+0,01	SEUL3F	0,060	-14,29	-0,010	US Tech 100	28.925,6	+0,84	14,40%		5,0612	5,0618
ITSA4	12,90	-0,23	-0,03	BRSRSF	19,00	+11,63	+1,98	VIVR3	2,12	-13,82	-0,34	Euronext 100	1.915,72	+1,66	0,1727%		5,0612	5,0618
ITUB4	40,60	+0,25	+0,10	COCE5F	33,32	+11,07	+3,32	FSRF11F	0,07	-12,50	-0,01	CAC 40	8.350,87	+1,83	0,6736%		5,0868	5,2662
											FTSE 100	10.471,72	+1,63			5,8560	5,8566	

MERCADOS

Petróleo recua 5% e penaliza Bovespa, que fecha em queda

SCAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) manteve queda no período da tarde de ontem, pressionada pelo recuo de mais de 5% do petróleo, pela expectativa de comunicações mais duras do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) e do Comitê de Política Monetária (Coppom) hoje, e pelo desconforto com o quadro fiscal. O último fator contou ainda com respaldo da Fitch, que reiterou nota de crédito do Brasil em 'BB' e perspectiva estável, sinalizando que a escala e a qualidade do ajuste fiscal dependerão de quem vencer as eleições do Brasil.

Após máxima aos 170.415,52 pontos, com variação zero, e mínima aos 169.121,31 pontos (0,76%), ambos pela manhã, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,45%, aos 169.648,47 pontos e com giro financeiro de R\$ 27,51 bilhões.

Braskem (-9%) liderou as perdas, pressionada pela decisão da Justiça de Alagoas de tornar a petroquímica "re" por crimes ambientais relaciona-

das ao afundamento do solo em Maceió. Também foram destaques de baixa as ações consideradas cíclicas, mais sensíveis à expectativa de juros maior por mais tempo. Entre as blue chips, Petrobras cedeu cerca de 1%.

Ontem, o contrato do Brent para agosto fechou em queda de 5,06%, a US\$ 78,96 por barril. Foi a primeira vez desde março a fechar aquém do nível de US\$ 80.

DÓLAR

O dólar exibiu alta firme frente ao real ontem, na contramão do comportamento da moeda americana no exterior, e flertou com o fechamento na linha de R\$ 5,10.

Após uma queda na primeira hora de negócios, quando registrou mínima de R\$ 5,0495, a moeda americana passou a operar em terreno positivo. Com máxima de R\$ 5,1030, no fim da manhã, o dólar à vista fechou em alta de 0,39%, a R\$ 5,0867. A divisa avança 0,5% nos dois primeiros pregões da semana e acumula valorização de 0,87% em junho, depois de avanço de 1,82% em maio No ano, as perdas são de 7,33%.

IBGE

Vendas no comércio recuam 1,5% em abril e 'freiam altas'

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O setor de comércio recuou 1,5% na passagem de março para abril, impactado principalmente pela queda nas vendas de combustíveis. O resultado interrompe sequência de três meses de alta e representa o pior resultado desde junho de 2022 (-2,8%).

Na comparação com abril de 2025, o comércio subiu 1%. A média móvel trimestral, que indica a tendência de comportamento, teve variação nula. No acumulado de 12 meses, o setor de comércio apresenta expansão de 1,5%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada ontem pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os resultados anunciados deixam o setor 1,5% abaixo do maior patamar já alcançado, que pertence a março de 2026.

Influências
Dos oito grupos de atividades pesquisados pelo IBGE, seis apresentaram recuo nas vendas de março para abril, com destaque negativo para comércio de lubrificantes.

Abril foi o segundo mês influenciado pelo conflito no Oriente Médio, que forçou o aumento do preço de combustíveis em todo o mundo.

Confira o desempenho das atividades:

- Combustíveis e lubrificantes: -6,2%
- Outros artigos de uso pessoal e doméstico: -4,6%

- Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: -4,5%
 - Móveis e eletrodomésticos: -0,8%
 - Tecidos, vestuário e calçados: -0,1%
 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: -0,1%
 - Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: 1,3%
 - Livros, jornais, revistas e papeleria: 1,1%
- O setor de hiper e supermercados é o que apresenta maior peso em toda a pesquisa, ao representar 56,6% do comércio no país.

VENDAS NO ATACADO

No comércio varejista ampliado, que inclui atividades de

atacado - veículos, motos, partes e peças; material de construção; e produtos alimentícios, bebidas e fumo - o indicador caiu 0,7% de março para abril e marca alta de 1,8% no acumulado de 12 meses.

CONJUNTO

A Pesquisa Mensal de Comércio é a terceira de três levantamentos conjunturais divulgados mensalmente pelo IBGE. Nos últimos dias, o instituto mostrou que a indústria cresceu 0,7%, sendo o quarto mês seguido de alta na comparação entre meses imediatamente subsequentes e o setor de serviços cresceu 1,2% na passagem de março para abril. O resultado representou a primeira alta em um intervalo de seis meses.

PARCERIA

BNDES negocia com Petrobras investimento em mineração

JULIANA GARÇON/AE

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante (foto), afirmou ontem, que a instituição negocia com a Petrobras e a Vale a formação de uma parceria para exploração mineral. O executivo não detalhou o formato da parceria, se seria formado um novo fundo de investimento ou se a petroleira seria chamada a participar do fundo que o banco já tem em parceria com a mineradora.

A Vale e o BNDES estruturaram uma parceria para impulsionar a exploração e o desenvolvimento de minerais críticos

e estratégicos no Brasil, com um fundo de investimento no qual o banco e a mineradora atuam como investidores âncora. "Fizemos uma parceria com a Vale de R\$ 1,5 bilhão. Estamos aprofundando essa estratégia com a Vale, que conhece muito esse assunto. E estamos também chamando a Petrobras, que tem muito conhecimento em geologia. Não só de geologia marinha, mas de uma forma geral". O executivo frisou que o BNDES acaba de assinar com a Marinha a última etapa do Planejamento Espacial Marinho. "Estamos fazendo isso em toda a costa brasileira. E vamos trabalhar junto com a Vale e a Petrobras nesses projetos."



PAULO PINTO/ABRASIL

Tecnologia

Petrobras e Finep têm edital para desenvolver eletrolisador

A Petrobras e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançaram ontem um edital para apoiar com até R\$ 150 milhões o desenvolvimento nacional de um eletrolisador de porte industrial.

O eletrolisador utiliza eletricidade para converter água em hidrogênio de baixa emissão de carbono. Com isso, a máquina contribui para a descarbonização, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera — os causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Segundo a Petrobras, atualmente, há poucas empresas no país que fabricam o equipamento e nenhuma faz o chamado Stack, ou "coração" da máquina, onde acontece a reação de transformação da água em hidrogênio. O edital, disponível na página da Finep, apoiará um projeto estruturante, que envolva uma rede de parceiros, contemplando pelo menos três empresas que participem do desenvolvimento tecnológico, e pelo menos uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).

Serão disponibilizados recur-

sos não reembolsáveis, sendo R\$ 75 milhões aportados pela Finep e R\$ 75 milhões pela Petrobras, via verba de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação da Petrobras (P&D,I), além de recursos de contrapartida das empresas beneficiárias.

A assinatura do termo de cooperação e lançamento do edital, realizados na sede da Petrobras, contou com a presença da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e da presidente da estatal, Magda Chambriard.

Segundo a ministra, a iniciativa tem como objetivo fortalecer uma cadeia tecnológica importante, apoiando a indústria, barateando custos e preparando o país para os desafios do futuro.

Chambriard ressaltou também que o edital irá contribuir para a redução do custo de produzir hidrogênio por eletrólise, que ainda é alto.

O presidente da Finep, Luis Antonio Elias, destacou que o edital reúne, de forma inédita, os principais instrumentos de apoio à inovação em energia para impulsionar um projeto capaz de posicionar o Brasil na cadeia de hidrogênio.

CÂMARA

Pimenta sobre PLP dos combustíveis: Vou aguardar para tomar decisão

GABRIEL MÁXIMO/AE

O líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), disse ontem, que aguardará um desfecho sobre o acordo para encerrar a guerra entre os Estados Unidos e o Irã para decidir sobre a tramitação do projeto de lei complementar (PLP) que permite a redução dos impostos in-

cidentes sobre os combustíveis.

"Vou aguardar até sexta-feira para ver se vai ser assinado o acordo do fim da guerra. O projeto é meu, dependendo se os Estados Unidos e o Irã se entenderem, eu vou tomar uma decisão", declarou o petista a jornalistas após a reunião de líderes da Câmara.

Mais cedo, o presidente da

Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), avaliou que o governo deve defender que a tramitação da proposta seja encerrada com o fim do conflito no Oriente Médio.

A informação foi antecipada pelo Broadcast Agro (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado). Segundo fontes relataram à reporta-

gem, o texto caminha para ser engavetado na Câmara dos Deputados por falta de acordo entre governo e bancada da agropecuária. Agora, com o recuo dos preços do petróleo refletindo o cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã, o governo teria perdido o interesse no tema, de acordo com interlocutores.

MERCADANTE

Programa de crédito para motorista de app e táxi tem demanda 'gigantesca'

JULIANA GARÇON/AE

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou ontem, que o Move Aplicativos - linha de crédito subsidiada voltada a

motoristas de aplicativos e taxistas para a compra de veículos novos - está recebendo demanda "gigantesca".

A iniciativa, lançada em maio, integra o programa Move Brasil e busca ampliar o acesso ao crédito, reduzir custos operacionais e esti-

mular a renovação da frota utilizada pelos profissionais do setor.

"O interesse é gigantesco", afirmou Mercadante. "Agora os bancos vão ter de sentar com os interessados para avaliar as condições financeiras, a possibilidade de crédito. Mas o interesse

foi muito, muito forte."

Segundo o executivo, os bancos estão dando "descontos muito importantes" na compra de veículos.

O executivo participou do anúncio da chamada pública para seleção de Fundo de Investimento e Participações (FIP) para startups inovadoras, o FIP Conexões Startups. O FIP terá como finalidade acelerar a transição de startups de programas de fomento para modelos de negócio aptos à captação de investimentos.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Programa destina R\$ 360 mi a pequenas empresas inovadoras

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançaram ontem, no Rio de Janeiro, o Programa Tecnova 2026/2027. A iniciativa oferece R\$ 360 milhões para pequenas empresas do país desenvolverem produtos, serviços e processos inovadores. Os recursos são da Finep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

É a quarta edição do programa, que desta vez planeja contratar até 713 empresas com faturamento anual de até R\$ 16 milhões. O total de recursos investidos pode chegar a R\$ 588 milhões se forem consideradas

as contrapartidas estaduais.

A operacionalização dessa quantia ficará sob responsabilidade de agentes estaduais como as fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outros.

Os interessados têm até o dia 3 de agosto de 2026 para enviar as propostas por meio do site da Finep. Uma vez contemplados, terão até 60 meses para execução do projeto. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o alcance nacional da iniciativa. Pela primeira vez, o programa contempla toda as 27 unidades da federação.

"O Programa Tecnova atua na descentralização da inovação

para garantir que os recursos cheguem a todas as regiões do país. O apoio às micro e pequenas empresas contribui para o fortalecimento tecnológico nacional e para a geração de empregos qualificados", disse Luciana. O presidente da Finep, Luiz Antônio Elias, explicou o modelo de cooperação com as unidades federativas.

"Trabalhamos em conjunto com os agentes estaduais para operacionalizar a subvenção econômica e modernizar o setor produtivo nas diferentes regiões. É no espaço entre produção do conhecimento e sua incorporação à economia e à sociedade que programas como o Tecnova assumem um papel significativo e estratégico", destacou Elias.

INDICADORES

O MCTI também anunciou a criação do projeto Cientistas de Dados pelo Brasil, uma rede para padronizar as informações estaduais sobre apoio à pesquisa e desenvolvimento ((P&D) no Brasil. A pasta divulgou ainda indicadores nacionais de investimentos em P&D entre 2014 e 2024. Neste último ano, foram gastos R\$ 166,4 bilhões, considerados aportes do setor público e privado. O crescimento foi de 18% em relação a 2021, período com menor aporte de recursos nos últimos anos.

O Brasil aplica cerca de 1,23% do Produto Interno Bruto (PIB) em P&D, sendo 0,61% da iniciativa privada e 0,62% de origem governamental.

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

BAYER S.A., torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 18.12.2025, Relatório de Auditoria Ambiental do ano de 2024, para realizar a atividade de parqueamento de veículos contendo cargas perigosas e não perigosas, e informa que este estará à disposição para consulta no setor SSHE – Sustentabilidade, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 18 a 25.06.2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200490/2008)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

BAYER S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 18.12.2025, Relatório de Auditoria Ambiental do ano de 2024, para aprovar a concepção, instalação e operação de caldeira flama-tubular, com capacidade máxima de 3,2 t/h de vapor, visando a produção de vapor para atender complexo industrial, e informa que este estará à disposição para consulta no setor SSHE - Sustentabilidade, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 18 a 25.06.2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo PD-07/014.531/2017)

Zurich Airport Latin America Ltda.
CNPJ/MF nº 28.388.260/0001-03
Reunião de Sócios

Data, hora e local: 12/06/2026, 10hs, R. Dias Ferreira, 78, sl 301, Rio de Janeiro-RJ. **Presença:** totalidade do capital, dispensada convocação. **Mesa:** Presidente: Sr. Johann Georg Erwin Gigl; Secretário: Sr. Fábio Luiz Teles Cruz. **Deliberações por Unanimidade:** aprovar a redução do capital social de R\$ 580.505.923,00 para R\$ 470.000.000,00, divididas em 470.000.000 quotas de R\$ 1,00 cada, cancelando e reembolsando-se as demais quotas, por ser excessivo em relação ao objeto social, conforme art. 1082, II, Código Civil. Lavrada, lida e aprovada, assinada pelos presentes. Rio de Janeiro-RJ. (aa) **Johann Georg Erwin Gigl** – Presidente; **Fábio Luiz Teles Cruz** – Secretário. Sócia: **Zurich Airport International AG**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026	Data de Abertura: 24/07/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidade Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Objeto			
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de seguro e assistência aos discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo/RJ			
Valor estimado			
Valor anual (R\$): 41.212,80 (Quarenta e um mil, duzentos e doze reais e oitenta centavos).			
Valor Total (R\$): 82.425,60 (Oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	Menor valor Global
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 1,00 (um real)			
Agente de Contratação			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .			
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), no dia 22 de junho de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre (i) a conversão de parte das ações ordinárias da Companhia em ações preferenciais, (ii) a conversão de parte das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, (iii) a alteração do caput do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 13 de junho de 2026.
Samy Botzman
Presidente do Conselho de Administração.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por seu Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato de Andrade Cabral, na forma do parágrafo segundo do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, CONVOCO os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 29 de junho de 2026, às 10h, de forma exclusivamente digital, por videoconferência, por meio do seguinte link: <https://teams.microsoft.com/meet/269873824512494?p=9Phhc8vDpgQgnJiMuh>. A Assembleia terá por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Reeleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do art. 9º do Estatuto Social, para mandato de 2 (dois) anos; e (ii) Reeleição do Sr. Renato de Andrade Cabral para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2026.
RENATO DE ANDRADE CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: 0401160000812026
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026	Data de Abertura: 03/07/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO			
Objeto			
Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica de prateleira, em ambiente web (SaaS - Software as a Service), com serviços de implantação, parametrização, migração de dados (quando aplicável), treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, destinada à modernização e ao aprimoramento da gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Arraial do Cabo.			
Valor estimado			
R\$ 193.396,40 (Cento e noventa e três mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR GLOBAL
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Não	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances			
R\$ 10,00 (Dez Reais)			
Pregoeiro			
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal			
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais:			
1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .			
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

MANGUE SECO HOLDING S.A.					
CNPJ nº 41.318.907/0001-80					
Balanco patrimonial em 01/01/2022 a 31/12/2022 (Em reais)			Demonstração do resultado do exercício em 01/01/2022 a 31/12/2022 (Em reais)		
Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Ativo	100,00	9.164,11	Passivo	100,00	9.164,11
Ativo Circulante	100,00	9.164,11	Passivo Circulante	0,00	2,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	100,00	9.164,07	Tributos	0,00	2,77
Caixa	100,00	110,00	Tributos Federais	0,00	2,77
(-) Equivalentes de Caixa	(0,00)	9.054,07	Patrimônio Líquido	100,00	9.161,34
(-) Tributos Compensáveis	(0,00)	0,04	Capital Social	100,00	100,00
(-) Tributos Federais	(0,00)	0,04	Capital Subscrito	100,00	100,00
À DIRETORIA			Recursos Destinados a Aumento de Capital	0,00	30.000,00
Responsável técnico pelas informações contábeis			Adiantamentos	0,00	30.000,00
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9			Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	(20.938,66)
			(-) Prejuízos Acumulados	0,00	(20.938,66)

MANGUE SECO HOLDING S.A.					
CNPJ nº 41.318.907/0001-80					
Balanco patrimonial em 01/01/2023 a 31/12/2023 (Em reais)			Demonstração do resultado do exercício em 01/01/2023 a 31/12/2023 (Em reais)		
Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Ativo	9.164,11	3.639,20	Passivo	9.164,11	3.639,20
Ativo Circulante	9.164,11	3.639,20	Passivo Circulante	2,77	1,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.164,07	3.605,44	Tributos	2,77	1,31
Tributos Compensáveis	0,04	33,76	Patrimônio Líquido	9.161,34	3.637,89
À DIRETORIA			Capital Social	100,00	100,00
Responsável técnico pelas informações contábeis			Recursos Destinados a Aumento de Capital	30.000,00	30.000,00
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9			(-) Lucros ou Prejuízos Acumulados	(20.938,66)	(26.462,11)

MANGUE SECO HOLDING S.A.					
CNPJ nº 41.318.907/0001-80					
Balanco patrimonial em 01/01/2024 a 31/12/2024 (Em reais)			Demonstração do resultado do exercício em 01/01/2024 a 31/12/2024 (Em reais)		
Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Ativo	3.639,20	3.870,98	Passivo	3.639,20	3.870,98
Ativo Circulante	3.639,20	3.870,98	Passivo Circulante	1,31	1,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.605,44	3.837,22	Tributos	1,31	1,31
Tributos Compensáveis	33,76	33,76	Patrimônio Líquido	3.637,89	3.869,67
À DIRETORIA			Capital Social	100,00	100,00
Responsável técnico pelas informações contábeis			Recursos Destinados a Aumento de Capital	30.000,00	35.000,00
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9			(-) Lucros ou Prejuízos Acumulados	(26.462,11)	(31.230,33)

MANGUE SECO HOLDING S.A.					
CNPJ nº 41.318.907/0001-80					
Balanco patrimonial em 01/01/2025 a 31/12/2025 (Em reais)			Demonstração do resultado do exercício em 01/01/2025 a 31/12/2025 (Em reais)		
Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Ativo	3.870,98	15.079,95	Passivo	3.870,98	15.079,95
Ativo Circulante	3.870,98	15.079,95	Passivo Circulante	1,31	20.013,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.837,22	14.926,19	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0,00	20.000,00
Tributos Compensáveis	33,76	153,76	Tributos	1,31	13,02
À DIRETORIA			Patrimônio Líquido	3.869,67	(4.933,07)
Responsável técnico pelas informações contábeis			Capital Social	100,00	100,00
Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9			Recursos Destinados a Aumento de Capital	35.000,00	35.000,00
			(-) Lucros ou Prejuízos Acumulados	(31.230,33)	(40.033,07)

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA 1ª SÉRIE, DA 133ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 133ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitizedora de Créditos Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 133ª (Centésima Trigésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitizedora, Lastrados em Créditos Imobiliários Devidos pela SPE Carneiros Residence Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 08 de julho de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar, nos termos da Cláusula 3.2., alínea (p), do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças, a concessão de autorização prévia e expressa para que a SPE CARNEIROS RESIDENCE DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 41.781.859/0001-00, no ato representada nos termos de seu estatuto social, consistente no terreno objeto da matrícula nº 5632, perante o Registro Geral de Imóveis de Tamandará/PE, em favor de terceiros, no âmbito de operação diversa da presente, sem que a SPE figure como devedora. Considerando que tal imóvel não se constitui como uma das garantias reais desta Emissão, a autorização ora submetida à deliberação é expressamente restrita aos termos previstos neste item (i) do Ordem do Dia; e (ii) A autorização para que a Securitizedora e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Due Ora 133", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora). São Paulo, 16 de junho de 2026.

Alejandro Marino - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitizedora de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Canal Companhia de Securitizedora, conforme aditado ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 17 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, nos termos da Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitizedora e da Cláusula 10.1.2, subitem (ii) do "Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, Em Série Única, Com Garantias Reais, Para Colocação Privada, Da Gru Elementos Desenvolvimento Imobiliário Ltda." ("Notas Comerciais"), em decorrência do cumprimento intempetivo, que se deu em 28/05/2026, da obrigação não pecuniária relativa ao envio das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, referente ao ano de 2025, nos termos da Cláusula 8.1, subitem (a), alínea (i) das Notas Comerciais; (ii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, nos termos da Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitizedora e da Cláusula 10.1.2, subitem (ii) do Termo de Securitizedora, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio da Declaração de Veracidade atualizada, nos termos da Cláusula 8.1, subitem (a), alínea (ii) das Notas Comerciais, concedendo-se o prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de realização desta assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais, nos termos da Cláusula 3.11.2, subitem (ii) do Termo de Securitizedora e da Cláusula 10.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do cumprimento intempetivo, que se deu em 18/05/2026, da obrigação não pecuniária relativa ao envio das informações acerca dos Contratos de Locação, relativo ao mês de abril de 2026, nos termos da Cláusula 8.1, subitem (h), do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" ("Cessão Fiduciária"); e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI WRU 46ª", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora). São Paulo, 17 de junho de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitizedora, Lastrados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA. ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia de 06 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a suspensão dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (i), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da PMT de 02 de junho de 2026, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securitizedora e Anexo 1 das CPR-Fs, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável a referida PMT será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (ii) Aprovar a suspensão dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (ii), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da PMT de 02 de junho de 2026, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securitizedora e Anexo 1 das CPR-Fs, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável a referida obrigação será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (iii) Aprovar a suspensão dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (iii), das CPR-Fs, em razão da não observância do Índice de Cobertura da Garantia, bem como da não realização tempestiva do Resgate de Garantia, conforme previsto nas Cláusulas 7.1, 7.2.1 e 7.5 das do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de CDA/IVA e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária CDA/IVA"), ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável a referida obrigação será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (iv) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.2, subitem (ii), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio das demonstrações financeiras, relativo ao ano de 2025, nos termos da Cláusula 11.2, subitem (iii), alínea (a) das CPR-Fs, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável a referida obrigação será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; e (v) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora). São Paulo, 13 de junho de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

ACIDENTE

Sabesp demite funcionários após vazamento de gás

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A Sabesp demitiu dois funcionários e suspendeu outros sete após apuração sobre vazamento de gás no bairro da República, centro de São Paulo, ocorrido no dia 4 de junho.

A empresa anunciou, ainda, na segunda-feira passada a criação da Diretoria de Segurança Operacional, a unificação das áreas de Engenharia e Operações, e a divisão da área de Clientes e Tecnologia em duas diretorias distintas.

"Como parte do programa de tolerância zero com incidentes nas obras, a Sabesp anunciou no início do mês de junho um conjunto de medidas de reforço dos protocolos de engenharia e da fiscalização de obras para aumentar a segurança e minimizar os impactos das intervenções na rotina das cidades em que opera", informou em nota.

O plano de ação é dividido em três pilares:

- procedimentos de engenharia e segurança;
- intensificação de monitora-

mento de todas as frentes de trabalho;

- ampliação do programa de treinamento, capacitação e certificação dos colaboradores.

A empresa acrescentou que vai triplicar o número de fiscais em campo, de 200 para 600 profissionais, e ampliar o uso de tecnologia no monitoramento das obras.

EXPLOÇÃO NO JAGUARÉ

No mês passado, uma explosão matou duas pessoas e deixou outras duas feridas na Comunidade Nossa Senhora das Virtudes II, no bairro do Jaguaré, zona oeste de São Paulo. A ocorrência envolve outra obra da Sabesp.

Moradores relataram ter sentido forte cheiro de gás em suas casas cerca de três horas antes da explosão, que levou à interdição inicial de 46 casas.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) divulgou, na ocasião, nota pública de pesar e repudiou o desmonte técnico do saneamento. Segundo a entidade, é preciso

apuração rigorosa e "revisão urgente de políticas de gestão que colocam em risco a segurança dos trabalhadores, a integridade das operações e o interesse público".

"O episódio lança luz sobre um processo preocupante de desestruturação técnica e operacional que vem atingindo a Sabesp nos últimos anos, marcado pela privatização, pela redução acelerada dos quadros próprios e pela perda de profissionais altamente experientes, justamente aqueles responsáveis pela transmissão de conhecimento acumulado ao longo de décadas", argumenta o sindicato em nota.

PRIVATIZAÇÃO

A privatização da Sabesp, maior companhia de saneamento do país, foi concluída em 23 de julho de 2024, sob a atual gestão do estado, concluindo um longo processo, com pedidos de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e acusação de desmonte por parte das representantes dos trabalhadores.

O saneamento básico, ressal-

tou o sindicato dos engenheiros, é uma atividade complexa, cuja operação depende não apenas de equipamentos, mas sobretudo de mão de obra altamente qualificada.

"Ao priorizar exclusivamente indicadores financeiros de curto prazo, com enxugamento de equipes e substituição de trabalhadores experientes por estruturas terceirizadas e precarizadas, compromete-se esse patrimônio técnico indispensável à segurança", destacou o Seesp.

Participante ativo no processo de audiências públicas que antecedeu a venda, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) avaliou, na ocasião, que a perda de controle público seria um dos fatores decisivos, com menor peso do governo e de suas secretarias em decisões estratégicas.

O Sintaema chegou a alertar sobre as demissões ocorridas desde a privatização da Sabesp e, consequentemente, sobre o risco de aumento de acidentes pela diminuição de equipes de manutenção e resposta rápida.

LIMEIRA

Postagens nas redes fazem apologia a estupro do cadáver de Maria Eduarda

A jovem Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, de 21 anos, que morreu após um salto de rope jump em Limeira, no interior de São Paulo, se tornou alvo de uma série de comentários ofensivos, de cunho sexual - com referências à necrofilia - após a repercussão do caso e a divulgação de fotos dela nas redes sociais.

Comentários como "vou fazer concurso para o IML de Limeira" e "festa no IML" se multiplicaram em postagens com fotos de Maria Eduarda.

O caso gerou reação de parlamentares, que pediram investigações à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal. Em representação enviada à PF, a deputada federal Erika Hilton (PSOL) diz que as condutas "transcendem o mero comentário ofensivo para assumir caráter de incentivo, exaltação, naturalização e difusão de violência sexual".

"Ao difundir publicamente mensagens dessa natureza, os responsáveis pelos perfis contribuem para a legitimação simbólica de práticas criminosas e para a banalização da violência sexual", diz a representação da parlamentar.

O pedido de Erika foi enviado à Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal para a instauração de investigação criminal contra usuários da rede social X (antigo Twitter).

Procurada pelo Estadão, a Polícia Federal ainda não se manifestou. O Ministério Público de São Paulo (MPSP) disse que o caso foi enviado para o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo.

No ofício, a deputada argumenta ainda que as publicações contribuem para "a banalização da violência sexual e para a disseminação de discursos misóginos nas redes sociais".

Erika pede a instauração de procedimento investigatório para apurar eventual prática dos crimes previstos nos artigos 212 e 287 do Código Penal, além da identificação dos responsáveis pelos perfis.

O mesmo foi feito pela deputada Tabata Amaral. Em seu perfil no X, ela disse que entrou com uma ação no MPF para apurar crimes de ódio cibernéticos no caso.

"Nem mesmo no leito de morte, nós, mulheres, temos paz. A jovem Maria Eduarda Rodrigues, morta após ser lançada

sem corda em um salto de rope jump, está sendo vítima de uma série de comentários misóginos, com alusões a est*pro e necr*filia, na internet."

"Em vez de verem uma mulher que perdeu a vida tragica-

mente, criminosos reduziram a imagem de Maria Eduarda a um objeto de deboche e crueldade. É nojoento. E é a prova de que eles não perdem a oportunidade de proliferar, com a anuência das redes, discursos de violência

contra as mulheres. É por isso que precisamos, de uma vez por todas, criminalizar o ódio às mulheres, como estamos propondo no PL da Misoginia. Não podemos permitir que esses covardes sigam impunes."

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE SECURITIZADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, no qual de emissora da 43ª (quadragésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única ("Emissora"), vem, por meio do presente reterratificar o Edital de Convocação publicado em 09 de junho de 2026 no site da Emissora (www.canalsecuritizedora.com.br) e no sistema Fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Títulos dos CRI", respectivamente) da 43ª (quadragésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, nos termos da Cláusula Décima Terceira do "Termo de Securitizedora de Créditos Imobiliários da Única Série da 43ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitizedora" conforme aditado ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AET"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 17 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AET será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AET será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder, ou não, *waiver* para a afastar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 11.1.1, subitem (vii) da Escritura de Emissão de Debêntures, em razão das decisões desfavoráveis, em primeira instância, nos autos nº (i) 5008468-51.2022.04.7208; (ii) 5023006-33.2023.8.24.0023; e (iii) 5010469-93.2022.8.24.0005; (ii) Aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitizedora, para estabelecer as hipóteses nas quais a Devedora poderá realizar ofertas de aquisição facultativa (*tender offer*) direcionadas aos CRI, em termos substancialmente iguais aos indicados a seguir: "7.7. Oferta de Aquisição Facultativa dos CRI. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia e por escrito da Devedora e com recursos por esta integralmente disponibilizados, realizar oferta de aquisição facultativa dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI ("Oferta de Aquisição Facultativa"), com o objetivo de adquirir, total ou parcialmente, os CRI em Circulação. 7.7.1. A Oferta de Aquisição Facultativa será realizada em conformidade com a regulamentação aplicável, em especial a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, e deverá observar, no mínimo, os seguintes termos e condições: (i) será regulada, de forma equitativa, a todos os Titulares dos CRI, sem distinção de tratamento; (ii) deverá conter todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos investidores, incluindo, mas não se limitando a: (a) quantidade de CRI objeto da Oferta de Aquisição Facultativa e, caso seja estabelecido volume máximo para a Oferta de Aquisição Facultativa, o tratamento aplicável na hipótese de as manifestações recebidas superarem referido volume, observado, conforme aplicável e no que couber, critério de alocação proporcional entre os Titulares dos CRI aderentes; (b) preço de aquisição; (c) prazo de adesão; (d) forma de liquidação; e (e) eventuais condições precedentes; (iii) o prazo de adesão não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, contados da data de divulgação da Oferta de Aquisição Facultativa; (iv) a liquidação financeira da Oferta de Aquisição Facultativa ocorrerá em uma única data, a ser indicada no respectivo comunicado da Oferta de Aquisição Facultativa, observado o intervalo mínimo de 16 (dezesseis) dias e máximo de 31 (trinta e um) dias contados da divulgação do referido comunicado, conforme aplicável, bem como, no que couber, os procedimentos operacionais da B3 o do escriturador, sendo certo que o pagamento será efetuado em moeda corrente nacional; (v) a adesão à Oferta de Aquisição Facultativa será facultativa, irrevogável e irrevogável após sua formalização, ressalvadas as hipóteses previstas na regulamentação aplicável; e (vi) a Emissora poderá estabelecer condições para a eficácia da Oferta de Aquisição Facultativa, incluindo, mas não se limitando, a adesão mínima por parte dos Titulares dos CRI ("Condição de Aceleração Mínima"). 7.7.2. O preço de aquisição dos CRI no âmbito da Oferta de Aquisição Facultativa corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, podendo ainda ser acrescido de prêmio, desconto ou quaisquer outros ajustes previstos no edital da Oferta de Aquisição Facultativa. 7.7.3. Os CRI adquiridos no âmbito da Oferta de Aquisição Facultativa poderão, a critério da Emissora, ser cancelados, mantidos em tesouraria ou objeto de nova colocação, conforme permitido pela regulamentação aplicável. 7.7.4. A realização da Oferta de Aquisição Facultativa não caracteriza hipótese de resgate antecipado obrigatório, tampouco configura Evento de Vencimento Antecipado, salvo disposição expressa em contrário prevista neste Termo de Securitizedora ou aprovada em Assembleia Especial de Titulares dos CRI. 7.7.5. A Emissora, com auxílio da Devedora, deverá divulgar fato relevante e/ou comunicado ao mercado acerca da realização da Oferta de Aquisição Facultativa, bem como seus termos e condições, com cópia ao Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação da CVM e do mercado em que os CRI estejam admitidos à negociação. (iii) Condição à aprovação do item (ii) da Ordem do Dia, e em vigência a partir do primeiro dia útil subsequente à liquidação financeira da primeira Oferta de Aquisição Facultativa ("Condição Suspensiva da Aprovação"), aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2 do Termo de Securitizedora, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária poderão ser performados ou não performados, conforme definições constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitizedora; (iv) Condição ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (i), do Termo de Securitizedora, para dispensar a exigência de que os recebíveis ofertados em substituição à Alienação Fiduciária de Imóvel possam prazo superior à Data de Vencimento dos CRI; (v) Condição ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (ii), do Termo de Securitizedora, para estabelecer que a verificação de inadimplência dos recebíveis deve considerar exclusivamente inadimplimentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, deixando de contemplar hipóteses de mera inadimplência; (vi) Condição ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.1, item (b), do Termo de Securitizedora, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária passem a operar a Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), deixando de ser exigido que tais recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão; (vii) Condição ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 7.1 do Termo de Securitizedora para incluir a possibilidade de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI, a qualquer tempo, durante a vigência da Emissão, independentemente da ocorrência dos eventos atualmente previstos na referida cláusula, mediante o pagamento de prêmio de pré-pagamento de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo devedor dos CRI pelo prazo remanescente entre a data de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI e a Data de Vencimento; (viii) Condição ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitizedora, para estabelecer que, na hipótese de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, a Devedora deverá notificar previamente a Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da respectiva data de amortização, permanecendo aplicáveis, no que couber, os procedimentos de comunicação e operacionalização já previstos no Termo de Securitizedora; (ix) Condição ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 6.3, item (a), do Contrato de Cessão Fiduciária, para que passe a constar no rol de obrigações da Devedora e dos Fiduciários ("conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária") as seguintes, em vez das atuais "vender, ceder, transferir ou, de qualquer maneira, gravar, onerar ou alienar os Recebíveis"; e também as frações ideais de imóveis atreladas a tais Recebíveis, enquanto estiverem sujeitos com Contrato de Cessão Fiduciária, bem como aprovar a exclusão do item (b) desta mesma cláusula 6.3, para permitir à Devedora e às Fiduciárias a constituição de ônus e/ou a alienação das frações ideais livres dos imóveis onde estão sendo desenvolvidos os empreendimentos imobiliários listados no Anexo I do referido instrumento, observado exclusivamente que tais frações ideais não tenham sido créditos decorrentes de suas alienações a terceiros vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária; (x) Deliberar sobre a alteração da Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitizedora para modificar o quórum necessário nas deliberações, passando a exigir o voto favorável de Titulares de CRI que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação em primeira convocação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais um dos presentes, desde que representem ao menos 30% (trinta por cento) dos CRI em Circulação; (xi) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima; e (xii) A autorização para a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para a elaboração e celebração de quaisquer instrumentos relacionados às matérias aqui aprovadas, inclusive aditivos aos Documentos da Operação, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRI e refletir as alterações necessárias. Caso plenamente aprovadas as matérias constantes nos itens (i) a (x) acima da Ordem do Dia, incluindo, especialmente, a matéria constante no item (viii), a Emissora divulgará, no 1º (primeiro) Dia útil imediatamente após a realização da presente assembleia, um comunicado ao mercado de oferta de aquisição facultativa (*tender offer*), pelo seu valor nominal unitário dos CRI, a ser realizada em consonância com os termos e condições previstos na Resolução CVM 77 ("Oferta de Aquisição Facultativa" e "Volume Máximo da Oferta de Aquisição Facultativa"). Observados os procedimentos operacionais aplicáveis, a Devedora propõe, ainda, o pagamento de prêmio no valor correspondente a 4% (quatro por cento) do saldo devedor do valor nominal unitário dos CRI, apurado na data de liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, aos Titulares dos CRI que permaneçam titulares de CRI após a liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, a ser realizado no 30º (trigésimo) dia subsequente à data da realização da Aquisição Facultativa. Ainda, fica consignado que a Devedora só poderá desalienar quaisquer CRI em oferta de Alienação Fiduciária de Imóvel e tomar as demais providências necessárias à Substituição da Garantia Real Imobiliária após o integral pagamento aos Titulares dos CRI dos valores devidos em razão da sua adesão à Oferta de Aquisição Facultativa. Caso a Devedora não realize a Oferta de Aquisição Facultativa no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da AET, os ordens do dia deliberadas e aprovadas na AET serão consideradas como não aprovadas, retornando a Devedora e os CRI ao status quo ante. A Securitizedora consigna que as condições necessárias para possibilitar a adesão pelos Titulares dos CRI à Oferta de Aquisição Facultativa, incluindo, sem limitação, preço, volume máximo, prazo de adesão, forma de liquidação, data de liquidação, destinação dos CRI adquiridos, eventuais condições precedentes e critério de alocação em

TEMPORAL

Chuva na Rocinha supera em duas vezes a média de junho

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A comunidade da Rocinha, na zona sul do Rio de Janeiro, já soma mais que o dobro da média histórica de chuva para o mês de junho.

A estação pluviométrica do Sistema Alerta Rio na região anotou, das 12h de segunda-feira até a tarde desta terça-feira, 254,6 milímetros (mm) de chuva. Tal volume é 146,1 mm superior à média para junho (108,5 mm).

A série histórica do Alerta Rio, iniciada em 1997, aponta ainda que a chuva do início desta semana foi a terceira mais intensa já observada pelo pluviômetro da Rocinha em 24 horas.

Outros cinco bairros da zona sul receberam volumes significativos de chuva nas últimas horas. Os mais atingidos na região foram Jardim Botânico, Laranjeiras, Vidigal, Urca e Copacabana.

SIRENES

De acordo com a Defesa Civil Municipal, às 14h07 de ontem,

as sete sirenes instaladas na Rocinha voltaram a ser acionadas em função do alto risco geológico, após os pluviômetros registrarem um acumulado de 188,2 mm de chuva em 24 horas.

O primeiro acionamento do Sistema de Alerta e Alarme foi registrado entre 7h17 e 11h40. O volume contínuo de chuva na cidade causa o enchimento do solo e aumenta o risco de deslizamento de encostas.

ROMPIMENTO

O Centro de Operações e Resiliência (COR-Rio) monitora o trabalho das equipes da Prefeitura do Rio na Estrada da Gávea, na Rocinha, na altura da Rua Portão Vermelho, após o rompimento de uma tubulação da concessionária Águas do Rio.

O vazamento causou deslizamento de terra na noite passada. A via, que chegou a ser totalmente interditada, está com uma faixa ocupada para o trabalho das equipes da Defesa Civil e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Não houve vítimas.

A Fundação Geo-Rio fará o levantamento dos serviços necessários para iniciar uma obra de contenção, com implantação de sistema de drenagem, e a Comlurb removeu da encosta 70 toneladas de terra, com o apoio de 15 caminhões, três pás carregadeiras e 50 garis.

Na comunidade do Salgueiro, na Tijuca, na zona norte da cidade, também foi registrado deslizamento de terra, na Rua São Sebastião. Nenhum imóvel foi atingido e não houve interdição de via.

RECOMENDAÇÕES

A prefeitura do Rio recomenda à população que não se desloque pelas regiões mais afetadas pela chuva. Veja outras orientações:

- Evite áreas sujeitas a alagamentos e/ou deslizamentos;
- Não force a passagem de veículos em áreas alagadas;
- Em casos de ventos fortes e/ou chuvas com descargas elétricas, evite ficar próximo a árvores ou em áreas des-campadas;

- Verifique se há sinais de rachaduras em sua residência. Ao perceber trincas ou abalo na estrutura, acione a Defesa Civil pelo número 199 e evite ficar em casa;
- Moradores de áreas de risco precisam ficar atentos aos alertas sonoros. O acionamento das sirenes indica perigo de deslizamento e as pessoas devem se deslocar para os pontos de apoio estabelecidos pela Defesa Civil municipal;

PREVISÃO DO TEMPO

Hoje e amanhã, o tempo no Rio ainda será influenciado pela entrada de ventos úmidos do oceano. A nebulosidade estará variada, e a previsão é de chuva fraca e isolada, a qualquer momento, desde quarta até o início da manhã do dia seguinte. Os ventos estarão fracos a moderados.

Já na sexta-feira, devido a um sistema de alta pressão, haverá redução de nebulosidade e não há previsão de chuva. Os ventos estarão moderados.

BUTANTAN

Dengue: Anvisa cria grupo para avaliar segurança de vacina

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) instituiu ontem grupo de trabalho para aprofundar a avaliação da segurança da vacina contra dengue Butantan-DV.

De acordo com a Portaria nº 715/2026, cabe ao novo colegiado coordenar e dar suporte técnico às atividades de um painel de especialistas, responsável por analisar dados clínicos de eventos adversos notificados após a aplicação do imunizante.

Segundo a norma, o grupo de trabalho atuará na avaliação de informações complementares apresentadas pelo detentor do registro da vacina e na consolidação de dados necessários para revisar o perfil de risco e benefício do produto.

A iniciativa ocorre no contexto do monitoramento contínuo da segurança de vacinas, conhecido como farmacovigilância.

COMPOSIÇÃO

O grupo será formado por representantes de diferentes áreas da Anvisa, incluindo setores responsáveis por produ-

tos biológicos, farmacovigilância, monitoramento de produtos e inspeção sanitária, além de diretorias da agência.

Há previsão de participação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, como convidado nas atividades.

O painel de especialistas terá caráter consultivo e será formado por profissionais externos à agência, escolhidos com base em critérios de qualificação técnica, experiência profissional e ausência de conflito de interesses. A participação será voluntária e não remunerada.

DECISÃO

A portaria estabelece que as conclusões do grupo de trabalho e do painel de especialistas servirão como subsídio técnico para decisões da Diretoria Colegiada da Anvisa, responsável pelas deliberações finais.

O grupo terá duração indeterminada e poderá permanecer em atividade enquanto houver necessidade de acompanhamento e análise relacionados à segurança da vacina.

HÁ VSGAS

RJ oferece mais de 2,6 mil vagas de emprego formal e estágio

O Governo do Estado está disponibilizando, esta semana, 2.663 oportunidades de emprego formal, estágio e Jovem Aprendiz, captadas pela Secretaria de Trabalho e Renda. Por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), são oferecidas 1.128 vagas com carteira assinada, distribuídas pelas regiões Metropolitana, Serrana, Centro-Sul e Médio Paraiba. Para quem está buscando estágio ou uma chance como Jovem Aprendiz, há 1.535 oportunidades, sendo 119 pela Fundação Mudes e 1.416 pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Na Região Metropolitana, os salários variam entre dois e três mínimos (R\$ 3.242 a R\$ 4.863). As maiores remunerações são oferecidas para funções como cozinheiro de restaurante, eletricitista e pedreiro. Há ainda 60 cargos exclusivos para pessoas com deficiência (PcD), como ajudante de açougueiro, atendente de padaria, atendente do setor de frios e laticínios, auxiliar de limpeza, operador de caixa e operador de vendas, todos sem exigência de experiência. Na Serra, as 191 oportunidades disponíveis estão no município de Teresópolis. A média sala-

rial varia de um a dois salários mínimos (de R\$ 1.621 a R\$ 3.242), para funções como auxiliar operacional de logística, expedidor de mercadorias, soldador, supervisor de almoxarifado e vendedor interno. Há também vagas para gerente de Recursos Humanos, com remuneração de até quatro salários mínimos (R\$ 6.484).

Já no Médio Paraíba, foram captadas 57 oportunidades em municípios como Valença, Volta Redonda e Porto Real. As vagas contemplam diferentes níveis de escolaridade e incluem funções como auxiliar de linha de produ-

ção, assistente de planejamento de manutenção, alinhador veicular, motorista de caminhão, supervisor administrativo e vendedor de comércio de mercadorias. No Centro-Sul Fluminense, o município de Três Rios tem uma posição de gerente de loja, que exige o Ensino Médio completo e oferece remuneração de um salário mínimo.

De acordo com o Observatório do Trabalho da Secretaria de Trabalho e Renda, as vagas de emprego formal disponibilizadas estão distribuídas pelos setores de Serviços (57,6%) e Comércio (42,4%).

RAPEL

Mulher morre após escorregar e cair em gruta em Maricá

Uma mulher de 59 anos, identificada como Rosemary Suzart Garcia, morreu no domingo passado, após cair de uma gruta em Maricá, no Rio de Janeiro, quando fazia uma trilha íngreme enquanto se preparava para descer de rapel.

O Corpo de Bombeiros informou que foi acionado por volta das 10h44 e classificou a ocorrência como salvamento de pessoa após queda em encosta/montanha. O acidente ocorreu na área conhecida como Gruta do Spar.

A Polícia Civil disse que investiga o caso e que realizou perícia no local. O caso foi registrado na 82ª DP (Maricá).

Em nota, a Prefeitura de Maricá diz que a área é privada e está inserida nos limites do Refúgio de Vida Silvestre Municipal de Maricá (REVIS). "Por se tratar de propriedade particular, a Prefeitura não é responsável pela autorização, fiscalização ou interdição de atividades de rapel realizadas no local. As circunstâncias do acidente serão apuradas", disse em nota.

VENTURA PETROLEO S/A

CNPJ 01.785.706/0001-79

Relatório da Administração-Srs. acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias aplicáveis, temos o prazer de lhes apresentar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025. Tais documentos demonstram com clareza a situação econômica financeira da Companhia. Permanecemos à disposição de V.Sas., para esclarecimentos porventura solicitados. Valores expressos em milhares de reais. Rio de Janeiro, 19/04/2026. A Administração.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2025	2024		2025	2024
ATIVO			PASSIVO		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes	25.915	20.063	Fornecedores	18.051	16.064
Caixa Restrito	25.757	4.114	Impostos, contribuições e encargos sociais	12.898	9.426
Contas a receber de clientes	14.199	7.910	Obrigações com empregados	38.301	33.867
Adiantamento a fornecedores	4.909	3.437	Arrendamentos	6.041	2.225
Impostos a recuperar	26.611	19.066	Total do passivo circulante	75.291	61.582
Partes relacionadas	21.241	4.912	Não circulante		
Outros ativos	2.414	3.461	Fornecedores a longo prazo	3.471	
Total do ativo circulante	121.047	62.964	Arrendamentos	41.955	1.176
Não circulante			Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	6.732	7.894
Depósitos judiciais	4.898	3.451	Total do passivo não circulante	52.158	9.070
Contas a receber de clientes a longo prazo	3.627		Total do passivo	127.449	70.653
Imobilizado	1.875	723	Patrimônio líquido		
Intangível	6.918	90	Capital Subscrito e integralizado	2.004.540	1.816.241
Direito de uso	47.996	3.485	Prejuízos Acumulados	(1.945.628)	(1.816.180)
Total do ativo não circulante	65.314	7.749	Atribuído aos acionistas controladores	58.912	60
Total do ativo	186.361	70.713	Atribuído aos acionistas não controladores	0	0
			Total do patrimônio líquido	58.912	60
			Total do passivo e patrimônio líquido	186.361	70.713

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2025	2024		2025	2024
Receita líquida Operacional	408.544	241.891	Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.610.291	(1.577.854)
Custos dos Serviços Prestados	(468.225)	(346.378)	Aumento de capital social	94.243	94.243
Lucro (prejuízo) bruto	(59.681)	(104.486)	Capital a integralizar	(5.234)	(5.234)
Receitas (despesas) operacionais	(68.399)	(51.698)	Lucro (prejuízo) do exercício	(82.624)	(82.624)
Gerais e administrativas	(68.675)	(57.714)	Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.704.534	(5.234)
Depreciação e amortização	(348)	(1.116)	Aumento de capital social	160.006	160.006
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	624	7.132	Capital a integralizar	(43.065)	(43.065)
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(128.080)	(156.184)	Lucro (prejuízo) do exercício	(155.702)	(155.702)
Resultado financeiro líquido	(1.367)	482	Saldo em 31 de janeiro de 2024	1.864.540	(48.299)
Receitas financeiras	5.398	2.648	Aumento de capital social	210.000	210.000
Despesas financeiras	(6.766)	(2.166)	Capital a integralizar	(21.701)	(21.701)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(129.448)	(155.702)	Lucro (prejuízo) do exercício	(129.448)	(129.448)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(129.448)	(155.702)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.074.540	(70.000)
Resultado atribuído aos:			Resultados atribuídos aos:		
Acionistas controladores	(129.405)	(155.590)	Acionistas controladores	2.073.848	(69.977)
Acionistas não controladores	(43)	(112)	Acionistas não controladores	692	(23)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	(0,0432)	(0,0558)			(649)

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2025	2024		2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(129.448)	(155.702)	Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.610.291	(1.577.854)
Outros resultados abrangentes	-	-	Aumento de capital social	94.243	94.243
Total dos resultados abrangentes do exercício:	(129.448)	(155.702)	Capital a integralizar	(5.234)	(5.234)
Resultados atribuídos aos:			Lucro (prejuízo) do exercício	(82.624)	(82.624)
Acionistas controladores	(129.405)	(155.590)	Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.704.534	(5.234)
Acionistas não controladores	(43)	(112)	Aumento de capital social	160.006	160.006
Resultado abrangente total	(129.448)	(155.702)	Capital a integralizar	(43.065)	(43.065)
			Lucro (prejuízo) do exercício	(155.702)	(155.702)

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(129.448)	(155.702)
Ajustes para:		
Depreciação e Amortização	348	1.116
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.065	2.049
Varição cambial	(133)	349
Varição monetária	(3.344)	(1.886)
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	(131.511)	(154.073)
Aumento (redução) de ativos		
Contas a receber de clientes	(6.289)	19.292
Adiantamento a fornecedores	(1.472)	(1.612)
Impostos a recuperar	(7.545)	8.100
Depósitos judiciais	(1.446)	(1.426)
Outros ativos	(8.135)	(1.218)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.987	3.450
Benefícios a empregados	6.160	18.548
Impostos e contribuições	1.746	4.966
Outros passivos	(9)	(9)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(146.507)	(103.894)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.190)	(368)
Aquisição de ativo intangível	(6.835)	(38)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(8.025)	(406)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	167.282	116.941
Partes Relacionadas	(16.329)	1.913
Arrendamentos	203	82
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	151.157	118.936
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	27.495	14.547
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.178	9.631
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	51.672	24.178
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício	27.495	14.547

DIRETORIA

Leila Aparecida Veroni
 Diretor - CPF 162.874.268-29
 Representante Legal

Uiliam Henrique Maurício
 RJ-130387/O-4
 Gerente Contábil e Fiscal

Declaração de Situação não Falimentar

Declaramos que a empresa Ventura Petróleo S/A, neste ato representada pelo signatário, não se encontra em situação de Recuperação Judicial ou Extra-judicial, de falência ou em processo judicial falimentar, nem é devedora de qualquer organização estatal ou privada que possa comprometer a futura execução dos contratos. Nos comprometemos a comunicar à Petrobras caso a situação aqui declarada venha a se alterar.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2026.

Leila Aparecida Veroni - Representante Legal

QUALÉ, PEIXE!

Romário faz 'bico' como comentarista da Copa e abandona o Senado

LEVY TELES
E DANIELLE BRANT/AE

"Eu fui informado que o senador Romário (PL-RJ) (foto) não está mais em Brasília", declarou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em sessão no último dia 10, durante votação do nome do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Pouco depois, o senador Cid Gomes (PSB-CE) também fez questão de lembrar que o colega não estava mais no plenário. "Senador Romário não está mais aqui, conforme Vossa Excelência sabe", disse, ao pedir o encerramento da votação, que acabou às 18h.

Cinco horas depois, Romário postou uma foto ao lado do surfista e influenciador Pedro Scooby e do jogador de vôlei Bruninho no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. "Partiu Copa. Será que tô bem acompanhado?", perguntou.

O ex-jogador viajou para os Estados Unidos, onde comenta jogos da Seleção na CazéTV, que transmite os jogos da Copa do Mundo. Ele também escreve uma coluna sobre a competição para o jornal O Globo.

Nos próximos dias, Romário terá como compromissos os dois jogos do Brasil no Mundial: contra o Haiti nesta sexta-feira, e contra a Escócia na próxima quarta-feira. A final do Mundial está prevista para acontecer no dia 19 de julho, dois dias depois do início do recesso parlamentar - o Senado marcou sessões semipresenciais durante a competição.

Desde que voltou de uma licença parlamentar de quatro meses, em abril, o senador não apresentou uma proposta legislativa, não participou de discussões ou de votações nominadas nas duas comissões (Esporte e Assuntos Sociais) das quais é membro titular e tem mantido atuação discreta no plenário do Senado.

Em dois meses, Romário discursou no plenário duas vezes. A primeira foi no último



LULA MARQUES/ABRASIL

dia 9, quando assumiu relatoria de um projeto de lei complementar sobre isenção de Imposto sobre Serviços (ISS) para a Copa do Mundo Feminina de 2027, que será realizada no Brasil.

Ele usou o tempo para se defender de cobranças nas redes sociais por seu posicionamento em relação à proposta de emenda à Constituição que acaba com a escala 6x1.

No dia 3 de junho, o vereador pelo Rio de Janeiro Rick Azevedo, um dos fundadores do movimento Vida Além do Trabalho, havia feito uma série de postagens com fotos de Romário na praia.

"Tentei achar umas fotos do @RomarioOnze trabalhando, mas só encontro dele na praia. O povo está bancando a altinha dele em dia útil com salário de quase R\$ 50 mil. Só lembrou que é senador quando foi pra assinar PEC que legaliza exploração. Tá na hora de rodar", escreveu, em referência ao fato de o senador ter assinado a PEC da oposição de horas trabalhadas.

Menos de uma semana depois, Romário se defendeu e disse estar havendo "um ruído na imprensa, nas redes sociais" em relação à sua posição em relação ao fim da escala 6x1.

LISBOA

Vorcaro bancou despesas de viagem de Ciro e Hugo Motta

AGUIRRE TALENTO
E WESLEY GALZO/AE

A Polícia Federal afirma que o banqueiro Daniel Vorcaro bancou as despesas de uma viagem a Lisboa do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) (foto), e do senador Ciro Nogueira (PP-PI).

As informações foram obtidas pela PF no celular do dono do Banco Master e foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) dentro da mesma operação que realizou busca e apreensão contra Ciro Nogueira. Motta não foi alvo de nenhuma diligência na ocasião.

Procurada, a defesa de Vorcaro não se manifestou. Em conversa com jornalistas, Motta disse ter "muita tranquilidade" sobre as diárias pagas pelo banqueiro.

"As investigações estão aí, os órgãos estão trabalhando e eu defendo que as apurações possam acontecer da maneira mais isenta e imparcial possível. Eu sou um deputado que sempre defendi o bom exercício da atividade parlamentar, sempre legislei com responsabilidade e presido a Câmara com essa mesma responsabilidade", afirmou.

A PF encontrou diálogos de Vorcaro com um funcionário no qual ele determina a reserva de suítes em um hotel de Lisboa para Motta e Ciro Nogueira em junho de 2024.

O período da reserva coincide



LULA MARQUES/ABRASIL

com a realização, na capital portuguesa, de um fórum jurídico organizado todo ano pelo ministro do STF Gilmar Mendes, conhecido como Gilmarpalooza.

"No dia 18/06/2024, DANIEL BUENO VORCARO informou que necessitaria de reservas de hotel em LISBOA, no período de segunda-feira a sábado, para ele próprio e para "Ciro e Hugo". Conforme se verifica adiante na mesma conversa, os nomes mencionados referem-se, respectivamente, a CIRO NOGUEIRA e HUGO MOTTA", diz a PF.

Nas conversas e documentos

obtidos pela PF, Vorcaro determina o pagamento de cinco diárias de "suíte jr." no Four Seasons Hotel para Ciro e Hugo Motta. De acordo com a PF, o custo total para cada um seria de cerca de R\$ 90 mil, com base na cotação do euro da época.

A investigação da PF também encontrou pagamento de R\$ 468,7 mil em despesas de viagem de Ciro Nogueira, em locais como Paris, Nova York e Courchevel, estação de esqui nos Alpes Franceses. Em troca, aponta a PF, ele teria apresentado projetos de lei para favorecer

os interesses do dono do Banco Master.

"Conclui-se que o benefício econômico direto atribuído a CIRO NOGUEIRA, decorrente das viagens internacionais examinadas no subtópico 5.3.4, perfaz o montante de R\$ 468.721,78, sem considerar os gastos com voos privados, realizados em ao menos três oportunidades em deslocamentos internacionais de entrada e saída do Brasil, bem como em duas ocasiões em voos internos nos Estados Unidos", diz o relatório.

PROPINA

Alcolumbre diz que não recebeu US\$ 30 milhões de Daniel Vorcaro

VICTOR OHANA/AE

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) (foto), negou ter recebido recursos do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e disse ter recebido um "ataque pessoal e institucional", durante discurso ontem, no plenário. As declarações dizem respeito a uma publicação da revista Veja de que a segunda proposta de delação premiada de Vorcaro teria uma acusação de pagamento de propina a Alcolumbre, no valor de US\$ 30 milhões, por meio de uma conta no exterior.

"Eu repudio, com toda a firmeza e toda a indignação, o conteúdo dessa matéria. Jamais recebi aqueles valores ou outros quaisquer, no Brasil ou no exterior, por qualquer motivo que seja. São alegações inteiramente falsas, com a única e aparente intenção de arrastar para a lama o meu nome, a minha honra, a minha reputação", declarou aos senadores.

Alcolumbre prosseguiu: "É espantoso e igualmente revoltante que uma acusação dessa gravidade seja publicada sem qualquer prova, sem qualquer evidência, contra um chefe de Poder. O mal já está feito, nos resta agora investigar os fundamentos dessas alegações".

O presidente do Senado disse que vai se defender se essas alegações constarem no acordo de colaboração entre Vorcaro e a Polícia Federal. "Se elas de fato partirem do colaborador e de sua defesa, tomaremos todas as medidas cabíveis para nos defendermos dessas acusações. Nessa hipótese, caberá a mim demonstrar a falsidade dessa narrativa e



LULA MARQUES/ABRASIL

compreender por que um fato inexistente foi levado às auto-ridades", disse.

Por outro lado, Alcolumbre disse considerar a possibilidade de que as acusações sequer tenham partido de Vorcaro. "Se esse fato sequer constar de um acordo de colaboração, se não tiver sido dito pelo colaborador, por sua defesa ou pela autoridade responsável pela condução desse procedimento, então estaremos diante de uma situação gravíssima perante a sociedade brasileira e suas instituições", afirmou.

O senador também afirmou que vai seguir em sua função, com "independência", e que

pretende levar a sua defesa às últimas consequências. "Esse ataque pessoal e institucional será defendido com as armas da lei, da Justiça e da verdade. Da cadeira da presidência do Congresso Nacional, eu reafirmo a Vossas Excelências: não serei intimidado, não serei ameaçado, não serei constrangido e nem serei chantageado", declarou.

O parlamentar afirmou ainda que vai buscar identificar "quem inventou" o suposto recebimento dos valores por Vorcaro. "O Brasil conhecerá o nome de quem tentou me envolver em um crime do qual sou absolutamente inocente", dis-

se. "Eu estou indignado, eu estou inconformado, mas também confesso a Vossas Excelências que estou sereno e tranquilo, porque sei que estou do lado da verdade."

Na sequência, Alcolumbre recebeu o apoio de parlamentares como o ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS). O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), também disse manifestar "solidariedade" a Alcolumbre. "O instituto da leviandade, ou nas instituições, ou na imprensa, ou nas redes brasileiras, precisa ter um ponto final", disse o governista.

ADULTOS

SUS disponibiliza novo tratamento para leucemia mieloide

O Sistema Único de Saúde (SUS) divulgou segunda-feira passada, a adoção de uma nova terapia alternativa para o tratamento de Leucemia Mieloide Aguda (LMA) em adultos recém-diagnosticados que não possuem condições para suportar uma quimioterapia tradicional.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), a combinação dos medicamentos venetoclax e azacitidina, realizada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) no SUS, as evidências científicas apresentam uma eficácia superior no controle do câncer, que tem como característica ser mais agressivo e com rápido desenvolvimento em relação aos tratamentos tradicionais.

Ainda de acordo com o MS, a alternativa é destinada aos pacientes em quadros agudos, sendo recomendada para aqueles com maiores fragilidades e em idades avançadas. O tratamento será disponibilizado no SUS em até 180 dias, conforme a Portaria nº 30/2026.

O tratamento busca promover maior qualidade de vida aos pacientes, uma vez que os indivíduos classificados em

quadros agudos contavam somente com terapias oncológicas tradicionais disponíveis na rede pública de saúde.

LEUCEMIA MIELOIDE

A LMA atinge principalmente adultos. Segundo a Associação Brasileira de Câncer do Sangue (Abrale), o diferencial da doença em relação aos outros tipos de leucemia consiste na velocidade da multiplicação das células afetadas. O tipo mieloide agudo atua diretamente em um dos principais meios de produção de células sanguíneas, a linguagem mieloide.

Desse modo, a adoção de tratamentos eficazes torna-se uma alternativa ao tratamento da doença que demanda uma intervenção imediata e um acompanhamento médico contínuo.

A Abrale também sinaliza que o diagnóstico preciso ajuda o especialista a entender como a doença irá progredir e a determinar o tratamento apropriado, dado que o câncer gera a queda de células vermelhas, células brancas e plaquetas, promovendo a manifestação de anemias, infecções e sangramentos.

CADEIA NELE

STF condena Eduardo a 4 anos e o torna inelegível

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou ontem o ex-deputado Eduardo Bolsonaro a 4 anos e dois meses de prisão em regime semiaberto pelo crime de coação no curso do processo. Cabe recurso contra a decisão.

Além do tempo de prisão, o ex-deputado foi condenado a oito anos de inelegibilidade e à perda do cargo de escrivão da Polícia Federal.

Por unanimidade, o colegiado concordou com a acusação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e entendeu que há provas para concluir que o ex-deputado articulou o tarifação dos Estados Unidos contra as exportações brasileiras para tentar evitar a condenação do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no processo da

trama golpista.

Além disso, outras medidas adotadas pelo governo norte-americano, como a revogação dos vistos de ministros da Corte e do governo federal e a aplicação das sanções econômicas da Lei Magnitsky, também tiveram o mesmo objetivo, conforme o entendimento da Corte.

EX-DEPUTADO

Desde o ano passado, Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos, desta forma, perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Na prática, Eduardo não deve cumprir a pena enquanto estiver no exterior. O ex-deputado é aliado do presidente Donald Trump, e a notificação para cumprimento da pena dificilmente seria cumprida pelo governo norte-americano.

ACUSAÇÃO

Durante o julgamento, a acusação foi lida pelo subprocurador-geral da República Antônio Edilio Magalhães Teixeira, que defendeu a condenação de Eduardo.

Segundo o subprocurador, as ameaças de Eduardo ocorreram durante a tramitação do processo da trama golpista e foram concretizadas por meio do tarifação, a suspensão dos vistos de oito dos 11 ministros da Corte e por meio das sanções econômicas da Lei Magnitsky.

DEFESA

A defesa do ex-deputado foi feita pela Defensoria Pública da União (DPU).

Durante a sustentação, o defensor público federal Esdras dos Santos Carvalho disse que Eduardo não teve ingerência na decretação das medidas do presidente Donald Trump con-

tra o Brasil. Segundo Esdras, Eduardo realizou "interlocução política".

"Eduardo não teve poder de decisão sobre a política externa dos Estados Unidos, não integra o governo norte-americano e não exerce função pública naquele país", afirmou.

VOTOS

O placar unânime de 4 votos a 0 foi obtido a partir do voto do relator, ministro Alexandre de Moraes.

O ministro disse que o ex-deputado levou desinformação ao governo norte-americano e prejudicou o Brasil. Contudo, segundo Moraes, as ações não impediram a condenação de Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão.

A manifestação do relator foi seguida pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

SEGURANÇA

Sargento do Exército é parado em blitz com arma de Jair Bolsonaro

JULIANO GALISI/AE

O sargento Estácio Leite da Silva Filho foi parado em uma blitz em Brasília na segunda-feira com uma arma de fogo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está em prisão domiciliar.

Ao ser abordado, o sargento alegou que estava levando o equipamento para "reparos". A ocorrência foi comunicada ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que pediu esclarecimentos à defesa do ex-presidente e à equipe responsável pelas revistas de acesso à residência de Bolsonaro.

O militar faz parte da equipe de segurança que acompanha Bolsonaro após o mandato presidencial. Todos os ex-ocupantes do cargo têm direito a esse assessoramento.

Estácio é natural de Paranaguá, no interior do Paraná. Durante a adolescência, trabalhou como entregador de jornais e office boy. Iniciou a carreira militar em 1992. Durante os anos que serviu no Exército, participou de missões de paz no Timor-Leste,

em 1999, e no Haiti, em 2014.

Em 2022, trabalhou na segurança de Jair Bolsonaro. Em dezembro daquele ano, foi nomeado assistente técnico da equipe que acompanharia o ex-presidente após o fim do mandato. Estácio acompanhou o ex-presidente nas viagens aos Estados Unidos em janeiro e março de 2023.

Em março deste ano, quando Bolsonaro estava preso na "Papudinha", Moraes autorizou a entrada de Estácio e mais dois assessores no local. Segundo o pedido formulado ao relator, eles seriam responsáveis pela entrega de "alimentação especial" a Bolsonaro.

No mês seguinte, quando Bolsonaro já estava em prisão domiciliar, Moraes autorizou a entrada de Estácio na residência do ex-presidente.

O sargento dirigia um veículo oficial da Presidência da República quando foi parado pela blitz. Durante a abordagem, o sargento alegou ser membro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O órgão, por outro lado, desmente a informação.

PROCURADORIA

PGR se manifesta contra revisão da condenação de Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer contra o pedido de revisão criminal do ex-presidente Jair Bolsonaro para anular a condenação a 27 anos e três meses de prisão no processo da trama golpista.

No documento, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma que o processo já foi encerrado e não foi apresentado pela defesa do ex-presidente nenhum fato inédito para justificar mudanças na condenação.

"O título condenatório é hígido e está assentado em vigoroso conjunto probatório. A execução da pena imposta a Jair Messias Bolsonaro foi determinada e mantida

pela Suprema Corte, após a apreciação minudente das teses defensivas", disse Gonet.

O procurador acrescentou que não há razão relevante para diminuir a pena de Bolsonaro.

"As teses suscitadas pelo autor na inicial da presente ação revisional não trouxeram nenhum ineditismo a legitimar a desconstrução do pronunciamento jurisdicional definitivo, quer por contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos, quer porque fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou, ainda, pela descoberta de novas provas", completou.

ENTENDA

No dia 8 de maio, a defesa de Bolsonaro protocolou uma revi-

são criminal no Supremo e sustentou que a condenação deve ser revista porque houve "erro judiciário".

No recurso, a defesa contestou a tramitação do processo que condenou o ex-presidente. Para os advogados, por estar na condição de ex-presidente, Bolsonaro deveria ter sido julgado pelo plenário da Corte, e não pela Primeira Turma.

Os advogados também afirmaram que a delação do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Mauro Cid, não foi voluntária e deve ser anulada. A falta de acesso integral às provas da investigação também suscitada.

No mérito, a defesa acrescentou que não foram indicadas provas da participação de Bolsonaro nos atos golpistas de 8 de

janeiro de 2023 e na liderança de um plano para planejar um golpe de Estado.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma da Corte, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

Conforme determina o regimento interno do Supremo, a revisão criminal deverá ser julgada pela Segunda Turma, composta por André Mendonça e Nunes Marques, ambos indicados por Bolsonaro, além de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

O relator do caso é Nunes Marques. Não há prazo para julgamento da revisão.

Atualmente, Bolsonaro está em prisão domiciliar temporária por razões de saúde.

CNT/MDA

Lula tem 49,3% e Flávio Bolsonaro tem 36,8% no 2º turno, aponta pesquisa

VICTOR OHANA E DANIEL TOZZI/AE

Pesquisa divulgada ontem, pela CNT/MDA, mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) derrotaria todos os cinco adversários testados em um eventual segundo turno nas eleições presidenciais de 2026. No cenário mais acirrado, Lula aparece com 49,3% contra 36,8% do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A vantagem hoje é maior do que a observada na pesquisa de abril, quando o petista superou o senador por 45% a 40%. De acordo com a sondagem, 11%

declaram votos brancos e nulos, e 3% estão indecisos.

Lula leva maior vantagem no Nordeste (63% a 26%), com pesos que têm até o ensino fundamental (60% a 27%) e com renda de até dois salários mínimos (57% a 29%). Já Flávio pontua melhor no Sudeste (49% a 37%), no Sul (46% a 37%), no Norte/Centro-Oeste (47% a 36%) e entre evangélicos (51% a 36%).

O petista também derrotaria Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (PSD), Joaquim Barbosa (DC), Renan Santos (Missão), Michel Temer (MDB) e Augusto Cury (Avante). A testagem foi feita de forma estimulada, ou se-

ja, quando os entrevistados recebem uma gama de opções para avaliar.

Os resultados fazem parte da 168ª rodada da pesquisa de opinião divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o Instituto MDA, e registrada sob o número BR-04256/2026.

Foram feitas 2.002 entrevistas entre 10 e 14 de junho, de forma presencial e domiciliar, em 143 municípios de todas as 27 unidades federativas. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

PRIMEIRO TURNO

De acordo com o levanta-

mento, Lula ampliou sua vantagem no primeiro turno. O presidente tem agora 41,8%, contra 28,2% de Flávio Bolsonaro. No levantamento de abril, o petista tinha 39,2%, e o senador somava 30,2%.

Na pesquisa de junho, Ronaldo Caiado (PSD) aparece com 4%; Romeu Zema (Novo) tem 2,8%; Joaquim Barbosa (DC), 2,3%; Renan Santos (Missão), 2%; Michel Temer, incluído no levantamento mesmo sem que o MDB tenha anunciado seu nome, soma 1,9%; e Augusto Cury (Avante) tem 1,8%. Brancos e nulos são 7%.; Os indecisos são 7,9%.

MISTÉRIO

Bebê desaparece em fazenda no interior de Goiás

ADRIANA VICTORINO/AE

Uma criança de quase 2 anos desapareceu na manhã de segunda-feira, em uma fazenda na zona rural de Doverlândia, no oeste de Goiás. Equipes do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e de outras forças de segurança realizam buscas na região, mas a menina ainda não havia sido localizada até esta terça-feira. A criança completa 2 anos hoje. Segundo a Polícia Civil,

ela desapareceu na Fazenda Vale do Paraíso, onde mora com os pais. De acordo com informações repassadas pela corporação, os pais teriam deixado a menina sozinha por um breve período. Quando retornaram, ela não estava mais no local.

As buscas se concentram em uma grande represa situada próxima à residência da família. A principal hipótese investigada neste momento é a de que a criança

possa ter saído em direção aos pais e caído na água.

"Próximo à casa tem uma represa muito grande e as buscas estão concentradas nesse primeiro momento nessa represa. Os bombeiros estão com mergulhadores tentando localizar essa criança", informou a Polícia Civil.

A fazenda fica em uma área de difícil acesso, a cerca de 50 a 60 quilômetros do centro de Doverlândia, percurso que leva aproxi-

madamente 40 minutos por estradas rurais. Além das buscas aquáticas, equipes realizam varreduras na região com auxílio de drones e efetivos em solo. Segundo a polícia, até o momento não há pistas sobre o paradeiro da criança.

"Foi feito buscas aqui na região toda. Estamos em buscas, na verdade, com drone, com várias equipes e nenhuma pista dessa criança até o momento", informou a corporação.

ELEIÇÕES

Lula declara apoio a João Campos na disputa em Pernambuco

RAISA TOLEDO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manifestou apoio à pré-candidatura de João Campos (PSB) ao governo de Pernambuco. A governadora Raquel Lyra (PSD), candidata à reeleição, também buscava respaldo do PT.

"Eu e o meu partido estamos apoiando João Campos para governador do Estado de Pernambuco. Esse é um compromisso histórico", diz o presidente em vídeo divulgado nas redes sociais de João Campos.

O petista associou o apoio à relação entre o Partido dos Trabalhadores e o PSB. Ele relembrou a atuação política de Miguel Arraes, ex-governador do Estado e bisavô de Campos, e a trajetória de Eduardo Campos, pai do pré-candidato, como ministro da Ciência e Tecnologia durante o primeiro governo Lula e também governador de Pernambuco.

"Eu estou dizendo isso porque eu queria dizer a vocês que nós estamos juntos de verdade. Por isso eu quero desejar a vocês boa sorte e boa luta", afirmou Lula no vídeo.

Ao comentar a declaração, João Campos agradeceu o gesto do presidente nas redes sociais. "Tamo junto de verdade, meu presidente! Simbora levar Pernambuco e o Brasil pra frente", escreveu.

A disputa pelo apoio de Lu-

la vinha sendo travada pelos dois principais nomes da corrida estadual. Em fevereiro, durante agenda em Pernambuco, o presidente esteve com João Campos e Raquel Lyra no camarote oficial do Galo da Madrugada, tradicional bloco de Carnaval do Recife. Na ocasião, ambos buscavam estreitar a relação com o Palácio do Planalto de olho na eleição de outubro.

João Campos tentará chegar ao Palácio do Campo das Princesas enfrentando a atual governadora. Como mostrou a Coluna do Estadão, embora ele tenha liderado pesquisas durante boa parte do período pré-eleitoral, levantamentos mais recentes apontam crescimento de Raquel Lyra.

Na pesquisa Datafolha de maio, Raquel assumiu a dianteira no segundo turno, com 51% das intenções de voto contra 44% de Campos. Em comparação com o mês anterior, ela cresceu 9 pontos, enquanto ele recuou 8.

João Campos aparece à frente na pesquisa Real Time Big Data desta semana, com 46%, contra 41% de Raquel no segundo turno, mas tem perdido terreno para a governadora desde o ano passado. Embora no primeiro turno ele também apareça à frente (45% a 40%), o ex-prefeito do Recife recuou cinco pontos, enquanto Raquel subiu sete.

Nota

SENADORA PEDE ABERTURA DE CPI PARA INVESTIGAR MASTER E BMG

A senadora Dra. Eudécia (PSDB-AL) protocolou na segunda-feira, um requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar possíveis fraudes no crédito consignado do INSS envolvendo o Banco Master e o Banco BMG. A proposta conta com assinaturas de 29 parlamentares de nove partidos diferentes. O requerimento cita indícios de irregularidades envolvendo concessão de crédito sem transparência, averbações indevidas (quando registros, inclusive cobranças, são lançados de forma irregular), uso abusivo de correspondentes bancários (práticas como assédio ao consumidor, vazamento de dados, empréstimos fraudulentos), venda casada de produtos financeiros e descontos não autorizados. "O Banco BMG, inclusive, já figurou em investigações históricas relacionadas à expansão do mercado de consignado previdenciário desde 2004, tendo sido mencionado em apurações do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e em investigações no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF)", afirma o documento.

ACORDO DE PAZ

Líder da comissão de segurança do Irã pede 'respeito' a cláusulas

PATRICIA LARA/AE

O presidente da Comissão de Segurança Nacional do Parlamento iraniano, Ebrahim Azizi, disse que os Estados Unidos têm o dever de cumprir todas as cláusulas do memorando de entendimento, incluindo a interrupção da guerra contra o Líbano e a evacuação rápida do sul do território libanês para conquistar a confiança de Teerã.

"Washington precisa provar seu compromisso encerrando a guerra contra o Líbano e cumprindo cada cláusula do memorando de entendimento", disse

Azizi em registro no X nesta terça-feira.

Segundo o representante iraniano, a resiliência do país forçou uma mudança estratégica, levando os EUA a aceitarem os termos de Teerã.

Azizi alertou ainda que qualquer violação dos termos do acordo desencadeará uma resposta decisiva e esmagadora. "A era da imposição unilateral contra os iranianos acabou", salientou.

"Esta é uma mensagem para o mundo inteiro: a era da ganância excessiva e da violação dos direitos da nação iraniana chegou ao fim", pontuou.

QINGHAI

Terremoto de magnitude 6,3 deixa um morto e quatro feridos na China

Um terremoto de magnitude 6,3 na escala Richter atingiu a província de Qinghai, no noroeste da China, ontem, matando pelo menos uma pessoa e ferindo mais quatro, informou a mídia estatal, citando autoridades de emergência.

O terremoto atingiu uma área alta na prefeitura de Haixi, em Qinghai, a uma profundidade de 10 km, às 17h06 (horário de Pequim) de ontem, de acordo com o Centro de Redes Sísmicas da China.

A mídia estatal informou ainda que todos os trabalhado-

res das minas de carvão próximas ao epicentro foram retirados e que as autoridades ainda estão avaliando o número de vítimas e os danos materiais.

Anteriormente, a agência estatal Xinhua informou que equipes de resgate estavam se dirigindo ao local para procurar pessoas presas e avaliando os riscos de desastres secundários.

A administração sísmica da China ativou a resposta de emergência para o tremor, que foi seguido por vários tremores secundários, incluindo um com magnitude de 4,9.

COM A MÃO NA FAIXA

Keiko Fujimori lidera eleição no Peru com 99% das urnas apuradas

Com 99% das atas contabilizadas, Keiko Fujimori aparece à frente na apuração do segundo turno das eleições presidenciais do Peru. Segundo os dados divulgados na noite de segunda-feira passada, a candidata de direita soma 50,09% dos votos válidos, contra 49,91% de Roberto Sánchez candidato que representa a esquerda, uma diferença de cerca de 33 mil votos.

Keiko acumula 9,12 milhões de votos, enquanto Sánchez registra 9,09 milhões. Apesar da vantagem estreita, a candidata mantém a liderança desde as últimas atualizações da contagem e se aproxima de uma vitória eleitoral marcada pela polarização entre os dois concorrentes.

Segundo a autoridade eleitoral do país, a contagem final "pode levar de duas semanas até o final do mês", dependendo das observações feitas nas atas de apuração à medida que forem registradas. Os peruanos foram às urnas no iní-

cio de junho para a escolha do segundo turno.

O mapa da votação revela um país dividido regionalmente. Sánchez obteve vantagem na maior parte dos departamentos do interior, enquanto Keiko concentrou seu desempenho em regiões mais populosas, incluindo Lima, fator que tem sido decisivo para a manutenção de sua liderança na reta final da apuração.

Keiko é filha do ex-ditador Alberto Fujimori, que governou o país entre 1990 e 2000 e foi condenado e preso por crimes contra a humanidade. Já Sánchez é o herdeiro político do ex-presidente Pedro Castillo, que cumpre pena de 11 anos por uma tentativa de golpe de Estado em 2022.

Esta é a quarta candidatura de Keiko à presidência, enquanto para Sánchez é a primeira. O vencedor substituirá o presidente interino José María Balcázar em 28 de julho, para um mandato de cinco anos.

Nota

TRUMP CRÍTICA ATUAÇÃO DE ISRAEL NO LÍBANO E DIZ QUE GOVERNO SÍRIO FARIA UM 'TRABALHO MELHOR'

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou a maneira que Israel está lutando contra a milícia xiita radical libanesa Hezbollah e apontou que a Síria deveria assumir a dianteira no confronto contra o grupo. "Israel está lutando contra o Hezbollah há muito tempo e muitas pessoas estão sendo mortas", apontou Trump, durante um discurso na cúpula do G7, na França, nesta terça-feira. "Você não precisa demolir um prédio de apartamentos toda vez que estiver procurando por alguém. Porque há muita gente nessas prédios. E nem todos são do Hezbollah, disso eu tenho certeza." O republicano destacou que não está feliz com as operações israelenses no Líbano. Ele disse que Tel-Aviv deveria ter "terminado o trabalho mais rápido".

G7

Lula: combate ao crime deve respeitar soberania de Estados

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) defendeu, ontem, durante reunião do G7, que o enfrentamento ao narcotráfico precisa ser feito de forma abrangente, o que inclui o combate a crimes associados, como lavagem de dinheiro e tráfico de armas.

Esse esforço, segundo Lula, precisa ser feito tendo como premissa o respeito à soberania dos Estados.

Em discurso durante o encontro das sete maiores economias do planeta, evento que ocorre na cidade francesa de Évian, ele afirmou que temas como o combate aos crimes transnacionais precisam ser tratados de forma associada a uma agenda de desenvolvimento.

"O crime organizado aterroriza comunidades e desvia recursos públicos que deveriam ser direcionados para a construção de escolas, hospitais e estradas. Esse esforço deve levar em conta o respeito à soberania dos Estados", disse.

"E o enfrentamento ao narcotráfico não pode ser dissociado de outros ilícitos como a lavagem de dinheiro e o tráfico de armas", acrescentou ao defender o diálogo e a cooperação por meio da Interpol para a localização de ativos e indivíduos vinculados a tais atividades criminosas.

A fala do presidente reitera as preocupações com a soberania nacional, após os Estados Unidos terem classificado o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) como narcoterroristas – o que possibilitaria, segundo a legislação dos EUA, uma eventual interferência sobre o Brasil.

MINERAIS CRÍTICOS E IA

Lula voltou a defender que países detentores de minerais



RICARDO STUCKERT/PR

críticos se beneficiem economicamente de processos associados que vão além da simples extração desse material.

"Devem participar (também) das etapas de maior valor agregado da cadeia, por meio da industrialização, da transferência de tecnologia e da formação de capacidades, conforme suas necessidades nacionais", disse ao alertar que a revolução digital e a inteligência artificial não podem ampliar desigualdades.

Outro desafio citado pelo presidente é o de estabelecer parcerias que viabilizem o desenvolvimento e o acesso a tecnologias de ponta, como a inteligência artificial, a um número maior de países.

"As transições energética e digital não podem reproduzir padrões históricos que concentram benefícios econômicos em poucos atores", argumentou.

O presidente Lula também atacou o neoliberalismo, afirmando que o modelo econômico agravou as desigualdades e corroborou crises políticas pelo

mundo. O presidente também afirmou que o unilateralismo é uma "resposta falaciosa" para a atualidade.

"Ficamos aprisionados em dogmas que defendem desregulamentação de mercados, Estado mínimo e austeridade fiscal como fins em si mesmos. O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e a crise política que hoje assolam as democracias. Agora, o protecionismo e o unilateralismo ressurgem como respostas falaciosas para a complexidade dos nossos problemas", declarou.

O presidente também criticou o sistema financeiro internacional, afirmando que países não podem ter que escolher entre "pagar seus credores ou alimentar suas crianças".

Ao defender que a desigualdade entre os países está aumentando, Lula citou que o primeiro trilionário do mundo (sem citar Elon Musk, CEO da SpaceX), tem renda superior à dos 46% mais pobres da população global e criticou o que cha-

mou de "políticas pró-bilionários".

"A distância que separa a prosperidade de Évian da realidade enfrentada por bilhões de pessoas no Sul Global não está diminuindo. Nos últimos anos, a desigualdade entre países ricos e pobres tem aumentado. O primeiro trilionário do mundo é mais rico do que os 46% mais pobres da população mundial. A extrema concentração de riqueza decorre de décadas de políticas pró-bilionários", disse Lula.

Sem citar atores globais, o presidente também afirmou que as guerras atuais desviam o foco da agenda desenvolvimentista.

O presidente brasileiro também criticou a diminuição de recursos de entidades caras a países em desenvolvimento, como a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, o Programa Mundial de Alimentos, a Organização Mundial da Saúde e a Unicef. "Impactam diretamente o cotidiano dos habitantes de países em desenvolvimento", disse.

APOIO DE TRUMP

G7 aumenta a pressão por fim da guerra na Ucrânia

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (foto), prometeu ontem, fazer o possível para pôr fim à guerra na Ucrânia, depois que os aliados do G7 acordaram, durante uma cúpula na França, aumentar a pressão sobre a Rússia.

Ao chegar a Évian, aos pés dos Alpes franceses, Trump afirmou, na véspera, que tinha a intenção de "fazer algo" sobre a guerra na Ucrânia, que se arrasta há mais de quatro anos, após alcançar um memorando de entendimento com o Irã para encerrar o conflito no Oriente Médio.

Líderes de Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido acordaram aumentar a pressão sobre a Rússia na presença de seu par ucraniano, Volodimir Zelenski, que lhes mostrou imagens do ataque da Rússia que incendiou, na véspera, uma catedral histórica em Kiev.

O chefe de Estado alemão, Friedrich Merz, disse sentir "certo otimismo" de que europeus e americanos possam "pôr um fim à guerra juntos" e afirmou ter visto Trump "receptivo e disposto a cooperar".

O presidente americano sempre se negou a apontar um país como culpado por este conflito e pôe Kiev e Moscou no mesmo nível de responsabilidade.

Trump afirmou que as sanções contra a Rússia, que foram atenuadas durante a guerra com o Irã para ajudar a baixar os preços do petróleo, podem voltar a ser impostas à medida que mais

petróleo passa pelo Estreito de Ormuz.

"Em breve poderemos fazer isso porque o petróleo já está fluindo", disse Trump a repórteres. "Estamos em condições de fazer isso em breve."

Em março, os EUA aliviaram temporariamente algumas sanções a certos carregamentos de petróleo russo devido ao forte aumento dos preços do petróleo bruto. A isenção foi prorrogada.

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, e seu par canadense, Mark Carney, anunciaram novas sanções contra a chamada "frota fantasma", usada pela Rússia para transportar petróleo e outras mercadorias, apesar das sanções ocidentais.

"É fantástico que todo mundo entenda que a Rússia não vai ganhar e que devemos pressionar (Vladimir) Putin para que ponha fim a esta guerra", reagiu Zelenski, a quem o anfitrião, o presidente francês, Emmanuel Macron, convidou para ficar até o fim da cúpula, amanhã.

"A Rússia deveria alcançar um acordo" com a Ucrânia, assegurou Trump à imprensa no segundo dia da cúpula. "A única razão pela qual me meto nisso é que não gosto de ver 25 mil jovens morrerem a cada mês (...) Admitam que tudo isso é ridículo. Então, sim, farei tudo o que puder" para encerrar o conflito,

acrescentou.

As negociações de paz sob a mediação americana estavam totalmente estagnadas desde o início do conflito no Oriente Médio, em 28 de fevereiro. Mas o atual inquilino da Casa Branca se reuniu durante cerca de 20 minutos em caráter privado com seu par ucraniano e devia voltar a vê-lo à tarde. O último encontro entre os dois remontava a 28 de dezembro na residência de Trump em Mar-a-Lago, na Flórida.

O presidente americano o parabenizou pelo "desempenho" do exército ucraniano no terreno e admitiu que a "dinâmica" era ucraniana, segundo um participante do encontro.

Desde o início do conflito, em fevereiro de 2022, a Ucrânia deu uma guinada estratégica, ao se tornar um ator-chave da indústria da defesa, especialmente graças à sua produção de drones, mas segue precisando desesperadamente do apoio ocidental.

Os líderes do G-7 também vão apoiar Kiev, "proporcionando à Ucrânia meios de defesa antiaérea, meios para se proteger melhor, meios para consolidar (seus) avanços", segundo uma fonte diplomática francesa. O Reino Unido anunciou que fornecerá urânio enri-

quecido à Ucrânia para suas usinas nucleares.

Horas antes do início da cúpula na segunda-feira, a Rússia lançou centenas de drones e dezenas de mísseis contra as maiores cidades da Ucrânia, num ataque que matou 11 pessoas e incendiou um monumento religioso.

Os ataques ocorreram depois que Zelenski e Putin conversaram separadamente por telefone com Trump no domingo passado, dia do 80º aniversário do líder americano.

Durante a campanha presidencial de 2024, na qual buscava retornar à Casa Branca, Trump afirmou que poderia encerrar a guerra entre Rússia e Ucrânia em 24 horas após assumir o cargo. No entanto, as negociações fracassaram e Trump reconheceu que a tarefa se mostrou muito mais difícil do que ele imaginava.

A Ucrânia iniciou oficialmente na segunda-feira as negociações para sua adesão à União Europeia, dando início a um processo que exigirá que seu governo se comprometa com anos de reformas políticas, mesmo enquanto luta contra a invasão russa.

A Ucrânia vê a adesão à UE como uma garantia de segurança para um futuro estável após o fim da guerra. Sua melhor garantia seria a adesão à aliança militar da Otan, mas o governo Trump insiste que isso não pode acontecer, e outros temem a adesão da Ucrânia enquanto a guerra continuar.